



CONGRESSO NACIONAL

MPV - 320

00157

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória n.º 320 de 24/08/2006			
autor Júlio Redecker	n.º do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> X modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se nova redação ao inciso § 2º do art. 7.º do Decreto-Lei nº 2.472, de 1.988, constante no art. 30 da presente Medida Provisória:

Art. 30....

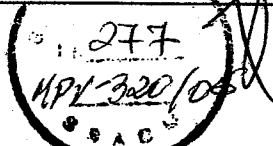
"Art. 7º....

§ 2º As mercadorias transportadas entre o ponto de fronteira alfandegado e o recinto referido no caput serão admitidas no regime de trânsito aduaneiro, em procedimento simplificado e informatizado que identifique o veículo, a natureza da carga, o lacre aplicado, o horário de passagem na fronteira e o prazo para sua conclusão, nas condições e requisitos estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o artigo 267 do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto nº 4.543, de 26 de dezembro de 2002, o regime especial de trânsito aduaneiro é o que permite o transporte de mercadoria, sob controle aduaneiro, de um ponto a outro do território aduaneiro, com suspensão do pagamento de tributos (Decreto-lei nº 37, de 1966, art. 73). O objetivo é garantir que a mercadoria seja transportada intacta até um outro local onde será dada continuidade aos procedimentos de controle aduaneiro.

A alteração busca tornar mais claros o tipo de procedimento e os requisitos para a concessão do regime entre o ponto de fronteira e o recinto de fiscalização aduaneira em local interior, de acordo com as cautelas mínimas exigidas pelo artigo 281 do Regulamento Aduaneiro ("Ao conceder o regime, a autoridade aduaneira sob cuja jurisdição se encontrar a mercadoria a ser transportada: I - estabelecerá a rota a ser cumprida; II - fixará os prazos para execução da operação e para comprovação da chegada da mercadoria ao destino; e III - adotará as cautelas julgadas necessárias à segurança fiscal") e as exigidas pela prática no controle de tais



operações, como a identificação do veículo e do lacre além da identificação ao menos da natureza da carga, que pode exigir cautelas adicionais de controle fiscal ou de transporte.

Ao mesmo tempo, retira-se do dispositivo o inconveniente conceito de "admissão automática" no regime de trânsito aduaneiro, pois, em sendo um procedimento de controle fiscal, de interesse público, está sujeito a obediência a determinadas condições para sua concessão e por isso não há como se falar em concessão automática

PARLAMENTAR

